

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES: BREVES REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DOS SUJEITOS CONTEMPORÂNEOS

PROBST, Melissa¹

RU: 1160553

RESUMO

A Educação a Distância (EAD) foi legitimada como modalidade educacional a partir da implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96). Desde então, as políticas públicas passaram a ser pautadas no discurso da democratização do acesso ao ensino superior. Diversas instituições (públicas e privadas) passaram a oferecer opções de cursos na modalidade EAD, desde cursos de curta duração, extensão, graduação e pós-graduação, de modo a tornar possível a formação continuada e a educação superior àqueles cuja localização geográfica inviabilizava a frequência em cursos presenciais. Tomando por base as políticas de expansão da EAD nos últimos anos, a diversificação do seu público alvo, e os discursos sobre autonomia e flexibilidade, o presente estudo teve com objetivo refletir sobre a EAD na perspectiva da governamentalidade e biopoder, considerando a produção de subjetividades. Caracterizado como bibliográfico, o presente estudo está assentado nos chamados 'estudos foucaultianos'. Os resultados apontam para o alinhamento entre as políticas públicas da educação e a regulação da população a partir da produção de sujeitos autônomos em face à subjetivação da identidade do novo homo oeconomicus.

Palavras-chave: Educação a Distância. Produção de subjetividades. Biopolítica.

1. INTRODUÇÃO

O presente texto, resultante de estudos relacionados ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Bacharelado em Filosofia, tem como tema as relações entre Educação a Distância e a produção de subjetividades, a partir de uma perspectiva foucaultiana. A discussão se enquadra no eixo de pesquisa que visa discutir as questões relacionadas à Filosofia Política (Eixo IV).

Uma vez que o presente estudo se encontra inserido na perspectiva dos chamados Estudos Foucaultianos, a problemática que norteou os estudos realizados pode ser assim definida: De que modo a educação a distância, enquanto modelo

¹ Aluna do curso de Bacharelado em Filosofia do Centro Universitário Internacional UNINTER.

educacional tem contribuído para a formação de subjetividades dos sujeitos contemporâneos?

Na medida em que a Educação a Distância, enquanto modalidade educacional vem se fortalecendo no âmbito das instituições e que a oferta de cursos quanto de instituições vem crescendo com forte incentivo estatal, o estudo se justifica na medida em que busca refletir sobre os modos como estes cursos atuam sobre os sujeitos/estudantes, (com)formando subjetividades e produzindo indivíduos que irão atuar intelectual ou profissionalmente na sociedade contemporânea.

Nesse âmbito, o estudo teve como objetivo geral, compreender como a educação a distância, enquanto modelo educacional tem contribuído para a formação de subjetividades dos sujeitos contemporâneos. Para que esse objetivo pudesse ser alcançado, foram elencados dois objetivos específicos, a saber: refletir sobre a educação a distância a partir de conceitos como biopoder, biopolítica e governamentalidade; investigar a educação a distância como instituição produtora de subjetividades.

Destaca-se que a temática explorada no presente texto está relacionada aos estudos realizados junto ao Programa de Iniciação Científica (PIC) da UNINTER, no ano de 2019, do qual a pesquisadora participou como voluntária. A pesquisa teve contribuições de Dr. Luís Fernando Lopes, professor-orientador e coordenador da linha de pesquisa intitulada “teoria crítica, educação e tecnologia: impactos sociais e culturais da educação à distância”.

Considera-se importante ainda registrar que a pesquisa, em andamento, foi apresentada e discutida em três eventos acadêmicos, a saber: VII Congresso Brasileiro de Educação: educação pública como direito: desafios e perspectivas no Brasil contemporâneo (2019, UNESP-Bauru); XV Seminário Integrado das Licenciaturas (2019, Universidade Regional de Blumenau) e XV ENFOC - Encontro de Iniciação Científica (UNINER, 2019). Resultados, ainda anteriores à escrita do presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) também foram publicados, constituindo um capítulo do livro Entre currículos: sujeitos e subjetividades contemporâneas, publicado no ano de 2020 pela Editora Bagai.

2. MEANDROS SOCIAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO ESTABELECIMENTO DA EAD COMO MODELO EDUCACIONAL

Embora para muitas pessoas a Educação da Distância (EAD) pareça ser uma invenção recente no campo educacional, esse modelo já está consolidado mundialmente a muito tempo. No Brasil, inclusive, sua gênese à primeira metade do século XX, quando contou com o desenvolvimento dos serviços postais e a massificação dos suportes impressos, conforme rememoram Cerigatto et al (2018). Podemos citar como exemplos de primeiras instituições EAD no Brasil o Instituto Monitor, que iniciou suas atividades no ano de 1939, bem como o Instituto Universal Brasileiro, que surgiu no início da década de 1940. O que nos interessa, entretanto, enquanto objeto de estudo para as reflexões aqui propostas é a proposta atual de EAD, e, para tanto, tomamos como ponto de 1996, o ano de implantação da ainda atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional¹ (BRASIL, 1996), que, pela primeira vez inclui e reconhece a EAD como modalidade educacional.

Considera-se importante destacar que essa inclusão da EAD como modalidade educacional na legislação brasileira não ocorre de forma isolada, mas sim, em consonância com diversos fatores de ordem social, política e econômica. Destaca-se que desde o início da década de 1990, a política brasileira foi, marcadamente, influenciada pelo desenvolvimento do neoliberalismo. A partir do estabelecimento dessa perspectiva exige-se uma intervenção cada vez menor do Estado na economia, e, com isso, são estabelecidos os processos de privatização das empresas estatais e a redução de investimentos na área dos serviços públicos, bem como o forte incentivo ao estabelecimento de empresas privadas que possam (em parceria com o Estado ou não), suprir as demandas sociais, principalmente nas áreas de energia, transporte, comunicação, educação, saúde, entre outras.

Ressalta-se que modificações que ocorrem em um sistema educacional não depende apenas das políticas educacionais propriamente ditas, mas que obedecem a forças sociais mais amplas e complexas que se manifestam a médio e longo prazo. Nesse contexto, ou seja, a partir da inclusão da EAD na legislação (LDB), e em consonância com as exigências do mercado, surge a promessa de ampliação e de democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, ao mesmo tempo em que ocorre, como bem destacam Mallmann, Balestrin e Silva (2017, p. 210) “um alinhamento das políticas educacionais de subordinação aos organismos

¹ Doravante, as menções à Lei serão feitas a partir de sua sigla: LDB.

internacionais, ao neoliberalismo e ao livre mercado”, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). “

No que diz respeito às políticas educacionais voltadas ao ensino superior, “uma das críticas essenciais do governo FHC é a ineficiência da universidade pública e sua inadequação ao mercado de trabalho como resultado do modelo concebido pela Reforma Universitária de 1968” (CARVALHO, 2006, p. 2). Embora ao longo dos anos em que FHC permaneceu no poder (1995-2001) não ocorreram privatizações das instituições federais de ensino, uma vez que essas são “essenciais para a manutenção e elevação do nível de ensino e o desenvolvimento da pesquisa”, conforme destaca Durham (1999, p. 250). Ao mesmo tempo, também não houve intensão de massificá-las, ou seja, de expandir o acesso à grande demanda, mas gerou-se uma flexibilização do sistema, alterando a lógica organizativa dos sistemas público e privado.

Tais proposições coadunavam com documentos produzidos, na época, pelo Banco Mundial que, de acordo com Cislighi (2011) tinha o objetivo declarado de promover apoio e financiamento da educação nos países periféricos, influenciando diretamente as ações voltadas para o ensino superior. Em linhas gerais, podemos afirmar que a LDB e as políticas públicas gestadas durante o governo FHC combinavam a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino superior, bem como garantia a manutenção da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. O que se viu, entretanto, foi um crescente “sucateamento do segmento público, devido à redução drástica do financiamento do governo federal 11 e à perda de docentes e de funcionários técnico-administrativos, associados à compressão de salários e orçamentos” (CARVALHO, 2006, p. 4).

Assim, com a promessa de democratizar o acesso da população ao ensino superior, e incentivadas pelo poder público, diversas instituições (públicas e privadas) passaram a oferecer opções de cursos na modalidade EAD, que é legitimada pela legislação e passa a ter os seus diplomas válidos em todo o território nacional. A EAD passa a ser uma via possível para a formação inicial e continuada, na forma de cursos de extensão, graduação e pós-graduação que permitiu o acesso à educação àqueles cuja localização geográfica inviabilizava a frequência em cursos presenciais. Essa também foi uma possibilidade viável para todos aqueles cujos horários de trabalho ou compromissos pessoais eram limitadores em relação à educação na modalidade presencial, fato que aponta, inegavelmente, que há aspectos positivos em tal

modificação do sistema de ensino e da legitimação da EAD enquanto modalidade educacional.

Ao assumir a presidência da república, Luís Inácio Lula da Silva (LULA), que permaneceu no poder entre os anos de 2003 a 2010), precisou lidar com as particularidades do sistema educacional já implantado a partir da LDB (BRASIL, 2006), bem como com “as demandas econômicas e sociais oriundas de um represamento enfim desatado do crescimento da economia brasileira e do acirramento das disputas em torno da necessidade de mitigação das desigualdades raciais, econômicas, de gênero etc.” (AGUIAR, 2016, p. 113). Seu governo, nesse projeto de reforma educacional, visou a definição de novos parâmetros, estruturas curriculares e expansão mais acelerada do acesso ao ensino superior.

No que diz respeito ao ensino superior, foi criado, durante o governo Lula, o Programa Universidade para Todos (Prouni), assim como houve a ampliação da oferta de crédito educativo, por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), e a implantação da política afirmativa de cotas, destinada à estudantes negros oriundos da rede pública de ensino. Tais políticas, no entanto, apesar de inegavelmente ampliarem o acesso da população brasileira ao ensino superior, não pode ser vista como sendo desinteressada, uma vez que a lógica do capitalismo neoliberal perpassa por suas esferas, o que nos leva a questioná-las: à quem serve, de fato, a democratização do acesso ao ensino superior?.

O Prouni, conforme lembram Mallmann, Balestrin e Silva (2017), teve como finalidade a concessão de bolsas de estudo para estudantes de baixa renda. O ensino superior público, entretanto, permaneceu gratuito, de modo que esses estudantes de baixa renda foram direcionados, por meio da concessão de bolsas de estudo ao sistema privado de educação. Ao mesmo tempo, “às instituições privadas aderentes ao programa foram oferecidas isenção de alguns tributos e, assim, houve um crescimento de instituições de ensino superior, possibilitando a oferta de um número maior de vagas” (MALLMANN, BALESTRIN; SILVA, 2017, p. 211). Da mesma forma, o FIES é um financiamento, a partir do qual o estudante encontra recursos financeiros pagar seu curso (ou parte dele) em uma instituição privada e passa devolver o valor do empréstimo ao banco apenas após formado e, supostamente, inserido no mercado de trabalho.

No que concerne à EAD, especificamente, podemos afirmar que desde a sua inserção na LDB (BRASIL, 2016), esta é a modalidade educacional que mais cresce

no país. Nesse contexto, fica evidenciado que o ensino superior privado, principalmente a partir da oferta dos cursos na modalidade EAD se massificam, passando a ser um espaço de especialização, principalmente para a classe trabalhadora, que vê no ensino superior uma oportunidade para a ascensão social.

Desse modo, tomando por base a expansão da EAD, principalmente nas instituições privadas, nos últimos anos, bem como a diversificação do seu público, elencamos alguns conceitos, tais como disciplina, biopolítica, governamentalidade, entre outros, para refletir, a partir de uma perspectiva foucaultiana, as contribuições dessa modalidade educacional, que foi engendrada a partir de uma racionalidade do capitalismo neoliberal, na produção de subjetividades, ou seja, suas influências no processo de elaboração de identidades dos sujeitos na sociedade contemporânea. Essa análise, a ser tratada no próximo tópico do presente texto, pode ser desenvolvida a partir da compreensão da razão governamental, ou seja, das questões econômicas que estão imbricadas nos regimes governamentais (FOUCAULT, 2008a), ou seja, na complexa trama das transformações das formas de organização do sistema educacional em consonância com o projeto (bio)político contemporâneo, que vem sendo engendrado desde o século XX.

2.1 A EAD E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES: UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA.

Conforme já mencionado, a EAD enquanto modalidade educacional, que se legitimou no Brasil a partir da LDB (BRASIL, 1996), fazendo parte de um conjunto de políticas públicas voltadas para a expansão da educação superior em nosso país. Cabe lembrar que esse processo ocorreu concomitantemente com diversas transformações sociais, que tem base na reestruturação produtiva iniciada a partir da década de 1980 no Brasil e que se faz presente ainda nos dias atuais. Destaca-se ainda que essas políticas públicas, desde o início da década de 1990 foram orquestradas a partir das orientações do Banco Mundial, a partir das quais deu-se ênfase à alguns aspectos, tais como:

o papel emergente do conhecimento como motor do desenvolvimento, as mudanças decorrentes da ampliação do uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC), a internacionalização tanto de provedores da educação terciária como de um mercado global de capital humano avançado, o aumento de demandas de apoio financeiro e técnico ao Banco de países que

querem re- formar e desenvolver a educação terciária e, por fim, a necessidade de estabelecer uma visão integrada da educação, onde a educação terciária tem papel crucial na criação de capital humano e social. (CISLAGHI, 2011, p. 247).

Nesse contexto, as reformas ocorridas acabam não sendo caracterizadas apenas pela expansão do ensino superior, mas também por inaugurar uma ‘nova’ concepção de educação escolarizada, mesmo que a proposta de ensino a distância já existisse muito antes disso

Segundo Foucault (2014), a escola moderna, bem como a concepção de educação escolarizada, teve sua gênese ainda no século XVIII. Nessa época, a sociedade esteve fortemente marcada pelos processos de industrialização, da lógica de produção de saberes e condutas, e toda a produção, tanto industrial quando intelectual foi racionalizada a partir de uma perspectiva mecânica e disciplinar, coadunando com os preceitos científicos vigentes socialmente. Considerando-se a escola como uma instituição social, ela manteve (e ainda mantém) estreita ligação com os saberes vigentes na sociedade, e traz as marcas da cultura e das relações sociais que se estabelecem nesse contexto, ou seja, relações estabelecidas nos moldes do cartesianismo e, nesse sentido, em analogia à máquina (FOUCAULT, 2014). E, sendo a universidade também um dos níveis escolares, ela não escapa a tal caracterização, ou seja, pode também ser compreendida como instituição de captura e subjetivação dos indivíduos, como menciona Bitencourt (2009).

Então, a educação superior, como instituição, não fugiu ao modelo escolar, reproduzindo, por muito tempo, as mesmas técnicas, estratégias e dispositivos que constituem o regime disciplinar de saber-poder vigentes na sociedade desde século XVIII. Durante muito tempo foram os dispositivos de controle disciplinar que atuaram na produção de corpos-dóceis a partir do referenciado por Foucault (2014): no enclausuramento dos estudantes do ensino superior em salas de aulas, na divisão detalhada dos currículos, na fragmentação das dos saberes em disciplinas, na divisão dos tempos de aprender, avaliações e vigilância das condutas. Trata-se, portanto, “de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças” (FOUCAULT, 2014, p. 30).

O sujeito pedagógico é fabricado, portanto, na correlação entre discursos pedagógicos e práticas que o capturam, e na experiência de si que constitui

sua subjetividade. Já os mecanismos de subjetivação pedagógicos são inseparáveis das tecnologias do eu, essas práticas que permitem que o indivíduo efetue, sobre seu corpo e sua alma, certo número de operações, condutas e formas de ser, transformando-se [...] (KRUETZ; FERRARO, 2009, p. 163)

Esse modelo educacional que foi gestado desde fins do século XVIII até o século XX, deixa marcas que estão presentes ainda na atualidade. No entanto, os impactos das transformações ocorridas no tecido social no século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, algumas modificações são visíveis. Podemos mencionar, como um dos fatores marcantes nessas transformações, o deslocamento acerca da concepção de homem, que acaba por influenciar fortemente todas instituições sociais, entre elas, a instituição escolar, por exemplo. Assim, no período que podemos chamar de contemporaneidade, (res)urge o *homo oeconomicus*. Entretanto, esse não é o *homo oeconomicus* compreendido a partir da concepção clássica, mas sim, um deslocamento a partir do qual o homem possa ser concebido como aquele que tem o trabalho como conduta; no sentido de ser “empreendedor de si mesmo” (FOUCAULT, 2008a, p. 297).

Nesses meandros, o (neo)liberalismo torna-se, como menciona Foucault (2008a, p. 301), “toda uma maneira de ser e pensar”, sendo, portanto, muito mais do que uma técnica dos governantes sobre seus governados. Nesse contexto, se inicialmente a disciplina atuava sobre o corpo do indivíduo, como instrumento de docilização e controle de seus movimentos/comportamentos, na contemporaneidade o dispositivo de biopoder, faz com que a disciplina passe a atuar em escala ampliada, como uma tecnologia que generaliza a disciplina como técnica de governar toda a população. Assim, se configura também um novo axioma (bio)político e, com ele, a concepção de governamentalidade biolítica neoliberal, na qual as técnicas de poder e governo das populações estão sobremaneira entrelaçadas aos modos de condução da vida. Esses dispositivos tendem a articular os tempos, os espaços e os saberes no sentido de avaliar, classificar, controlar com vistas à conformação da população à ‘norma’ vigente.

Nesse contexto, o trabalho é, num conjunto de elementos, aquele que configura a subjetividade desse *homo oeconomicus*, e o trabalhar já não é o “objeto de uma oferta e procura na forma de força de trabalho, mas um sujeito econômico ativo” (FOUCAULT, 2008a, p. 308). Esse homem é “aquele que obedece ao seu interesse, é aquele cujo interesse é tal que, espontaneamente, vai convergir com o interesse dos

outros” (FOUCAULT, 2008a, p. 369). Esse conceito, entretanto, ultrapassa o aspecto meramente econômico do conceito, para o campo social em geral. E, sobre isso, Foucault (2008a, p. 366) afirma que,

Esse problema do *homo oeconomicus* e da sua aplicabilidade parece-me interessante, porque, nessa generalização da grade *homo oeconomicus* a áreas que não são imediata e diretamente econômicas, creio que estão em jogo questões importantes. A mais importante questão em jogo e sem dúvida o problema da identificação do objeto da análise econômica a toda conduta, qualquer que seja [...].

Em sintonia com tal conjuntura, a educação escolarizada se reorganizou, seja por intermédio de políticas públicas ou pelas demandas descentralizadas e flexíveis do modelo econômico vigente, passando a ser um *locus* no qual a racionalidade neoliberal (que pode ser compreendida como modo de vida) ganha cada vez mais espaço. Assim, no rol das reformas e implementação das novas políticas para a educação superior a EAD se apresenta como uma reconceptualização do modelo educacional, a partir de práticas e discursos pautados nos princípios da autonomia, flexibilidade e autogestão. Historicamente a instituição escolar/educacional tem contribuído ao mesmo tempo para a homogeneização e individualização dos sujeitos, e, por extensão a sua regulação individual social, o que a configura como instituição que produz eficazmente os sujeitos requeridos pela sociedade, ou seja, de acordo com as suas demandas.

De acordo com Castells (2018, p. 133), estamos vivendo em uma época de globalização e informacionalização, que, “determinadas pelas redes de riqueza, tecnologia e poder, estão transformando nosso mundo, possibilitando a melhoria de nossa capacidade produtiva, criatividade cultural e potencial de comunicação”. Nesse contexto,

Nosso mundo e nossa vida vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade. A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade [...]. Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão de obra [...]. Essa nova forma de organização social, dentro de sua globalidade que penetra em todos os níveis da sociedade, está sendo difundida em todo o mundo [...] (CASTELLS, 2018, p. 51).

Observando atentamente ao que ocorre em nosso entorno, é perceptível que, na atualidade, a sociedade tem requerido, cada vez mais, a existência de indivíduos

úteis, produtivos e flexíveis. Indivíduos capazes de se adaptar à expansão das formas de flexibilização e precarização do trabalho, bem como ao avanço da horizontalização do capital produtivo e desconcentração do espaço físico produtivo, conforme menciona Antunes (2005). E, nesse contexto, os processos educacionais têm contribuído sobremaneira na formação de subjetividades, na identidade desses novos sujeitos, uma vez que o mercado de trabalho exige que os indivíduos sejam apenas produtivos e flexíveis, mas que tenham, também, elevado nível educativo. Assim, compreende-se, portanto, que a EAD enquanto modalidade educacional, com suas estratégias de flexibilização de tempo e espaço, tem contribuído também para a produção de novas redes de saber/poder.

De acordo com Lopes (2014, p. 100), “o governo dos sujeitos na EAD já não enclausura o corpo ou impõe horários fixos, como se faz nos modelos considerados tradicionais de educar [...]”, entretanto, fazem circular discursos e materializam, nas suas práticas, dispositivos de saber-poder que atuam na produção de subjetividades, na produção da identidade do novo *homo oeconomicus*. Nesse contexto, considera-se que as identidades constituem fontes de significado e são construídas, conforme destaca Castells (2018), por um processo de subjetivação. Essas identidades podem ser formadas a partir de instituições socialmente dominantes, quando os atores sociais internalizam suas normas e regras, internalizando-as. Assim, por mais que a identidade possa ser compreendida como algo individual, ela acaba por ser construída a partir de uma perspectiva que é coletiva, num contexto que é marcado pelas relações de poder socialmente estabelecidas.

Ao pensar sobre os processos de produção de identidades, na sociedade atual, (neo)liberal e a partir da formação do novo *homo oeconomicus*, cabe (re)lembrar o conceito de capital humano do qual fala Foucault (2008a). Ainda segundo o Foucault (2008a), os sujeitos/indivíduos são constituídos de elementos que são inatos, e de outros, que são adquiridos. E, no rol dos elementos de adquiridos, para formação dos sujeitos na perspectiva de capital humano, os investimentos educacionais tornam-se elementos essenciais do processo: desde a instrução até a formação profissional. Assim, acredita-se que a utilização das novas tecnologias para aperfeiçoar os processos educativos, dentre outros dispositivos, tornaram-se tão atrativos que acabaram por consolidar a modalidade EAD entre os estudantes, que entendem a continuidade dos estudos, para além da educação básica, como inevitavelmente

necessária, dadas às exigências atuais da chamada sociedade do conhecimento, ou da informação.

Temos, na EAD, uma combinação atraente entre *online* (a distância) e o *in loco* (sala de aula), de modo que o processo educativo ocorra em rede, entre as salas e aula e o local onde está cada aluno, de modo que tal modalidade permite às instituições atingir públicos que não poderiam estudar em um formato totalmente presencial. Esses sujeitos acabam sentindo-se atraídos pela possibilidade de conciliar estudo e trabalho ou pela descentralização da instituição de ensino, como possibilidade para aqueles que moram distante dos centros urbanos ou tem dificuldades para conciliar, na agenda, os estudos e compromissos familiares ou profissionais. Como afirma Castells (1999, p. 487),

O resultado de observações diversas é um quadro [...] de dispersão e concentração espacial simultâneas, via tecnologias da informação. Cada vez mais, as pessoas trabalham e administram serviços de suas casas [...]. Por conseguinte, a 'centralidade na casa' é uma tendência importante da nova sociedade.

Compreende-se que, na atualidade, essa centralidade da casa estende-se também à possibilidade de estudar, sem ter a obrigatoriedade de deslocar-se diariamente até as instituições de ensino superior. “A interação entre a nova tecnologia da informação e os processos atuais de transformação social realmente têm um grande impacto nas cidades e no espaço. [...], a ênfase na interatividade entre os lugares rompe os padrões espaciais de comportamento em uma rede fluida de intercâmbios [...]” (CASTELLS, 1999, p. 487)

Em contrapartida, por parte das instituições educativas (assim como nas empresariais, corporativas) espera-se cada vez maior autonomia de todos os sujeitos envolvidos no processo, sejam estes sujeitos os alunos, professores ou equipe administrativa. E isso exige dos sujeitos envolvidos cada vez mais capacidade de organização, de gestão do tempo e de disciplina. A disciplina, nesse âmbito, pode ser entendida como tecnologia específica do poder, pois, conforme destaca Foucault (2014, p. 208), a disciplina não se identifica com uma instituição ou aparelho, pois ela “[...] comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma ‘física’ ou uma ‘anatomia do poder’, uma tecnologia”, que fabrica corpos/indivíduos dóceis e úteis”. Nesse contexto, de acordo com Rosenfield (2009), a autonomia é fundamental ao funcionário, ao executar seu trabalho de modo que poder ser denominado como autoprogramável. Isso porque

esse novo modelo econômico, de conformação das identidades do homo oeconomicus também supõe a disponibilidade de capacidades de comunicação, compreensão, cooperação e criação, entre outras qualidades.

No que concerne à autogestão do tempo e organização dos estudos na modalidade EAD, a disciplina é imprescindível. Essa mesma disciplina que produz, de acordo com Foucault (2014), indivíduos úteis e produtivos, que respondem rapidamente à comandos, que sejam ágeis e organizados, que adquiram conhecimentos que possam ser prontamente aplicáveis à quaisquer áreas da vida humana, mas que atendam, principalmente às demandas da sociedade na qual esses sujeitos estejam inseridos. E, se a disciplina atua sobre os corpos individuais, a biopolítica age sobre as populações, de modo em conjunto, tais tecnologias compõe um arsenal que funciona nas instituições escolares/educacionais (das quais a modalidade EAD faz parte), produzindo um modo específico de governo dos corpos, produzindo subjetividades e sujeitos específicos, desejados pela sociedade atual, (neo)liberal. Assim, compreende-se que a disciplina atua sobre o corpo do indivíduo (como instrumento de docilização e controle de seus movimentos/comportamentos), porém, aliada ao biopoder ela passa a atuar em escala ampliada, como uma tecnologia que generaliza a disciplina como técnica de governar a toda a população (FOUCAULT, 2008b).

Giorgi e Rodriguez (2007) asseveram que as tecnologias biopolíticas produzem indivíduos ao mesmo tempo em que constituem as populações, são tecnologias que alteram, modificam os regimes normativos. Ainda, segundo os autores, a biopolítica atua nos limites, sempre instáveis, porém sempre políticos, entre o impessoal e o subjetivo, apontando para as sutis/frágeis fronteiras que separam o campo da vida humana da vida dos seus outros. E “[...] essa própria ‘biopolítica’ deve ser compreendida a partir de um tema desenvolvido desde o século XVII: a gestão das forças estatais” (FOUCAULT, 2008b, p. 197). Essas forças estatais atuam sobre toda a população, que pode ser definida como “[...] massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida [...]” (FOUCAULT, 2008b, p. 514).

Assim, a EAD, a partir da sua concepção enquanto modalidade educacional acaba por, supostamente, contribuir na formação de sujeitos mais livres e autônomos, que escolhem quando e onde vão estudar, com metodologias flexíveis que se adaptam às rotinas individuais, a partir de conteúdos e práticas voltados às exigências do mercado preparando os melhores profissionais, de modo que esses sujeitos

queiram ser estudantes, queiram se tornar parte do grupo social que busca nas instituições educacionais um modo de melhor se preparar para as demandas do mercado, e assim, voluntariamente, aderem à lógica da biopolítica neoliberal da qual fala Foucault (2008a).

Destaca-se também que boa parte das instituições de ensino superior que ofertam cursos na modalidade EAD são caracterizadas como pessoas jurídicas de direito privado – com fins lucrativos, o que automaticamente as insere na lógica econômica do neoliberalismo. Seus objetivos, portanto, não são dissociados de sua constituição enquanto instituição, enquanto parte de um todo maior que dissemina um modelo de mercado que, segundo Andrade (2018, p. 68) configura exhaustivamente, a partir de suas práticas, “[...] os seres humanos como atores de mercado, convertendo-os exclusivamente e permanentemente em *homo oeconomicus*. [...] O essencial é que a norma do mercado se imponha além do mercado, e não que o mercado devore toda a realidade”.

Nessa lógica, tanto o Estado quanto as instituições (empresariais, educacionais etc.) difundem a ideia de concorrência, a noção de educação permanente como forma de preparar-se para os novos desafios do mercado, de modo que estas acabam por se tornar instituições de subjetivação, às quais os indivíduos aderem voluntariamente. Engajados nessa lógica, os indivíduos figuram como capital humano, com capacidade de serem (auto)governados conforme as demandas do mercado. Trata-se, portanto, “[...] de um modelo de subjetivação que, emulando a acumulação de capital, faz com que o indivíduo procure ir sempre além de si mesmo, superando seus próprios limites e buscando uma intensificação permanente de seu próprio desempenho” (ANDRADE, 2018, p. 69).

3. METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido junto ao Programa de Iniciação Científica da UNINTER, referente ao ano de 2019, articulado com o Grupo de Pesquisa intitulado “EAD, presencial e o híbrido: vários cenários de docência, de currículo, de aprendizagem e políticas públicas”, mais especificamente voltado às discussões produzidas na linha “teoria crítica, educação e tecnologia: impactos sociais e culturais da educação à distância” (coordenada pelo professor doutor Luís Fernando Lopes), no qual a acadêmica participou como pesquisadora voluntária.

A partir de tal contexto, o presente estudo tem como tema as relações entre educação a distância e a produção de subjetividades, a partir de uma perspectiva foucaultiana. A discussão se enquadra no eixo de pesquisa que visa discutir as questões relacionadas à Filosofia Política (Eixo IV). Quanto à abordagem dada, no estudo, ao objeto de estudo, a pesquisa pode ser classificada como quantitativa. De acordo com Haguette (2000, p. 63), “os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser”. Desse modo, pode-se afirmar que a pesquisa qualitativa possibilita ao pesquisador a compreensão, para que então possam ser explicadas as subjetividades que norteiam os processos de elaboração e produção de determinados conhecimentos.

Quanto aos procedimentos, o presente estudo pode ser caracterizado como bibliográfico, o estudo está assentado nos estudos foucaultianos. Desse modo, para a reflexão proposta, lança-se mão dos conceitos de biopoder (FOUCAULT, 2009), biopolítica (FOUCAULT, 2008a) e governamentalidade (FOUCAULT, 2008b) como instrumentos analíticos para refletir sobre o campo da educação. Como elemento de análise, a biopolítica tende a considerar a população como um conjunto de seres vivos que apresentam características específicas e que deve ser compreendida na perspectiva da gestão das forças estatais (FOUCAULT 2008b), para que se possa refletir, mais especificamente sobre a educação superior na modalidade EAD e suas contribuições na produção de subjetividade e (con)formação dos sujeitos contemporâneos.

No que concerne à apresentação dos dados, este relatório de pesquisa pode ser classificado como descritivo, na medida em que se pretendeu descrever os fatos e dados investigados, à luz da filosofia, buscando observar, interpretar e descrever os fenômenos que envolvem a Educação a Distância como produto social, imbricado nas relações de poder estabelecidas nesse contexto, e os modos como esse modelo educacional contribui para a produção de subjetividades dos indivíduos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se até a década de 1990 era conhecida, em grande medida, por seus cursos profissionalizantes ou complementares, com o seu reconhecimento enquanto modalidade educacional no ano de 1996, bem como com a disseminação em larga escala da internet e do computador, esse cenário se modificou. E EAD passa a ser

reconhecida, pela sociedade, como possibilidade de acesso ao ensino superior, na mesma medida em que o Estado encontra meios para eximir-se da responsabilidade da ampliação do acesso e financiamento da educação superior pública (gratuita). Tal processo, entretanto, não é desinteressado. Em Nascimento da Biopolítica, Foucault (200a) chama a atenção para as sutis formas de governo que se materializam numa perspectiva de controle econômico da população. Conforme menciona César (2010, p. 231), quando a população direciona sua conduta e comportamento “[...] aos princípios do autoempreendedorismo da teoria do capital humano, elas se tornam presas voluntárias de processos de individuação e subjetivação controlados flexivelmente pelo mercado”.

Nesse contexto, Foucault (2008a) destaca que, embora as técnicas de aprendizagem e educação, regime jurídico, entre outros fatores, não sejam diretamente econômicos e não toquem nos mecanismos específicos do mercado, ainda assim são instituições que dão a condição necessária para o funcionamento do mercado, a tal ponto que o mercado possa se tornar um dispositivo de governo da população. A “[...] consequência desse liberalismo e dessa arte liberal de governar é a formidável extensão dos procedimentos de controle, de pressão, de coerção que vão constituir como que a contrapartida e o contrapeso das liberdades” (FOUCAULT, 2008a, p. 91), liberdades estas veiculadas como discurso-verdade na EAD como modalidade educacional, que objetiva a formação de sujeitos autônomos, flexíveis e preparados para o mercado.

Destaca-se que a produção desse novo sujeito, empreendedor de si mesmo, o *homo oeconomicus* da contemporaneidade é, dentre outros fatores, resultado dos investimentos educacionais (desde a infância), bem como pelo estímulo das demandas de mercado, que atuam tanto sobre a população quanto sobre as instituições educacionais. Nesse contexto, embora a modalidade EAD seja uma, dentre várias, instituições de subjetivação e formação identitária desse novo *homo oeconomicus*, ela não se isenta de contradições. Ao mesmo tempo que tal modalidade educacional se coloca como grade aliada nos processos de democratização do acesso ao ensino superior, ainda assim não se encontra descolada das demandas de seu tempo, sendo, portanto, corresponsável pela (re)produção dos discursos propalados e relações socioeconômicas estabelecidas no seu entorno. E assim, subjetivados a partir de todas as instituições que o circundam, o indivíduo torna-se empresário de si mesmo, transformando a si em capital humano. E para tanto, estuda,

busca, a partir do ensino superior, o investimento para qualificar-se, aprimorar suas competências individuais e profissionais, tornando-se átomo do mundo econômico. Torna-se parte do que Foucault (2008a) chamaria de imperativo de que não há um soberano econômico que seja responsável pelo mercado, mas sim, da existência de indivíduos econômicos, empresas humanas, capitais biológicos que disputam, que concorrem, que alimentam esses processos de mercantilização da própria vida.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista Sociologia e Política**, v. 24, n. 57, p. 113-126, mar. 2016.

ANDRADE, Daniel Pereira. **Economização, valores morais e democracia**. In.: RESENDE, Haroldo de (org.). Michel Foucault: a arte neoliberal de governar a educação, São Paulo: Intermeios; Brasília: CAPES/CNPq, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BITENCOURT, Ricardo Luiz de. A educação a distância como estratégia de produção de novas identidades. **Prometeus - Filosofia em Revista** ano 2, no. 3, jan-jun 2009.

BRASIL. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 2002.

_____. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 2002.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. In: 29ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2006, Caxambu. ANAIS, Caxambu-MG 2006. p. 1-15. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt11-2337-int.pdf>. Acesso em 20 ago. 2020.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade** [recurso eletrônico]. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

_____. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CERIGATTO, Mariana Pícaro; MACHADO, Viviane Guidotti; OLIVEIRA, Édison Trombeta de; et al. **Introdução ao EAD**. São Paulo: Sagah Educação S.A, 2018.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. (Des)governos...: biopolítica, governamentalidade e educação contemporânea. **Educação Temática Digital**, Campinas, Número v. 12, n. 1, p. 224-241, jul-dez 2010.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 105, p. 241-266, abr./jun. 2011.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A educação no Governo de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social**, São Paulo, vol. 11, n. 2, pp.231-254, out. 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. 19ed. São Paulo: Graal, 2009.

_____. **Nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Segurança, território e população**: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GIORGI, Gabriel; RODRÍGUEZ, Fermín. Prologo. In.: GIORGI, Gabriel; RODRÍGUEZ, Fermín (orgs.) **Ensayos sobre biopolítica. Excessos de vida**: Michel Foucault; Gilles Deleuze, Slavoj Žižek. Buenos Aires: Paidós, 2007.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

KROETZ, Ketlin; FERRARO, José Luis Schifino. A constituição do sujeito em Michel Foucault a partir da história da sexualidade. **Revista Conhecimento Online**, Novo Hamburgo, ano 11, v. 3, set./dez. 2019

LOPES, Luis Fernando. O governo dos sujeitos na educação superior a distância: reflexões a partir do pensamento de Michel Foucault. **InterSaberes**, Curitiba, Número do Volume, v. 9, n. 17, p. 98-107, jan-jun 2014.

ROSENFELD, Cinara Lerrer. A identidade no trabalho em *call centers*: a identidade provisória. In.: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.